vinetur

Assembleia Nacional francesa aprova 10 milhões de euros para apoio ao arranque de vinhas

A verba permitiria garantir um prémio governamental aos viticultores, após a procura pelo programa de arranque de vinhas superar as expectativas

sexta-feira, 13 de novembro de 2026



A Assembleia Nacional francesa aprovou na quinta-feira, 12 de novembro, uma alteração orçamental de 10 milhões de euros para reforçar o financiamento dos apoios aos viticultores que arrancam vinhas, apoiando uma medida destinada a responder à procura pelo programa, anunciada no final de 2025, que superou as expectativas.

A alteração, com o n.º 105, foi aprovada durante o debate sobre a proposta de lei de ajustamento orçamental de fim de ano de França para 2026. A contagem oficial da Assembleia registou 45 votos a favor e 4 contra, tendo participado na votação 64 deputados.

Jean-René Cazeneuve, o deputado que apresentou a alteração, disse à câmara que a verba era necessária para «garantir» o prémio de arranque prometido pelo Governo. Afirmou que o setor vitivinícola, uma parte importante da agricultura francesa e das exportações agrícolas do país, tinha sido afetado por tarifas sobre as exportações, vários anos de crises relacionadas com o clima e uma diminuição do consumo. Os 10 milhões de euros, explicou, seriam utilizados porque os compromissos assumidos no âmbito do programa tinham superado as expectativas iniciais.

A medida diz respeito ao que os deputados franceses descreveram como uma prime à l'arrachage, um pagamento aos viticultores que arrancam vinhas. Estes programas são geralmente utilizados para reduzir a área de vinha em zonas onde é difícil manter a produção. Em França, a questão tem despertado cada vez mais atenção, à medida que algumas regiões vitivinícolas enfrentam uma procura mais fraca, pressão sobre as exportações e episódios meteorológicos extremos recorrentes.

A alteração contou com o apoio do Governo. David Amiel, ministro da Ação Pública e das Contas, disse aos deputados que era favorável à proposta e que a medida era necessária para a indústria do vinho, depois do que descreveu como um período recente muito difícil para o setor.

Philippe Juvin, relator-geral da Comissão das Finanças, afirmou que a comissão não tinha analisado a alteração por esta ter sido apresentada tardiamente. Disse compreender o seu objetivo e observou que a dotação orçamental para a missão Agricultura, Alimentação, Florestas e Assuntos Rurais ascendia a cerca de 3,6 mil milhões de euros. Antes de o Governo declarar a sua posição, perguntou se seria

possível mobilizar 10 milhões de euros dentro dessa verba. Depois de ouvir o apoio do Governo, a Assembleia passou à votação.

O debate decorreu durante uma longa sessão dedicada à proposta de lei de finanças de fim de ano, que ajusta as despesas e as dotações antes do encerramento do exercício orçamental de 2026. Na mesma sessão, os deputados aprovaram também outra medida agrícola apoiada pelo Governo: uma alteração de 12 milhões de euros para completar o financiamento de ajudas excecionais a empresas que tinham adquirido gasóleo não rodoviário para trabalhos agrícolas ou florestais. Este contexto mais amplo mostrou que os apoios agrícolas eram uma das áreas a merecer atenção transversal durante o debate orçamental.

A alteração relativa às vinhas destacou-se pela margem de apoio que recebeu. Muitas outras alterações debatidas na mesma sessão foram rejeitadas, frequentemente após pareceres desfavoráveis do Governo e da Comissão das Finanças. No caso da medida para o setor vitivinícola, porém, o Governo apoiou a proposta e o relator não se opôs, o que contribuiu para que obtivesse amplo apoio na câmara.

Para a indústria das bebidas, a votação poderá ter relevância para além dos procedimentos parlamentares franceses. França continua a ser um dos maiores produtores de vinho do mundo, e as decisões sobre a reestruturação das vinhas podem afetar a oferta de uvas, as finanças dos produtores e o ritmo de ajustamento nas regiões sujeitas a pressões de mercado de longo prazo. O financiamento público adicional para o arranque de vinhas poderá ajudar as autoridades a gerir o excesso de capacidade de forma mais gradual, caso o baixo consumo, as pressões comerciais e os danos climáticos continuem a pesar sobre os viticultores.

A votação não significa que a medida tenha passado automaticamente a lei. O processo legislativo da Assembleia Nacional indica que a proposta de lei de finanças de fim de ano de 2026 foi posteriormente rejeitada pela câmara na quinta-feira, 12 de novembro, depois de a alteração ter sido aprovada durante o debate. Isto significa que a dotação de 10 milhões de euros foi aprovada nesta fase do processo parlamentar, mas o seu destino final depende da evolução do processo legislativo orçamental mais abrangente.